Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais**Despacho (extrato) n.º 5987/2014**

Por despacho do Diretor-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, de 23 de abril de 2014, e na sequência do parecer favorável emitido pela Secretária-Geral do Ministério da Justiça, em 17 de abril de 2014, foi a mestre Elza Maria Henriques Deus Pais, assessora, da carreira técnica superior de reinserção social, do mapa de pessoal da Direção-Geral de Reinserção e Serviços Prisionais, provida na categoria de assessora principal da carreira técnica superior de reinserção social, escalão 1, índice 710, com efeitos a 03 de dezembro de 2008, nos termos da aplicação conjugada dos artigos 29.º e 30.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de agosto, e pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de dezembro. (Isento de fiscalização prévia do T. C.)

28 de abril de 2014. — A Subdiretora-Geral, *Julieta Nunes*.
207789312

MINISTÉRIO DA ECONOMIA**Gabinete do Secretário de Estado da Inovação,
Investimento e Competitividade****Despacho n.º 5988/2014**

No uso das competências em mim delegadas nos termos do ponto 2.1. do Despacho n.º 12100/2013, publicado no Diário da República, 2.ª Série, n.º 183, de 23 de setembro de 2013, e nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 312/95, de 24 de novembro, e sob proposta do Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI – Agência para a Competitividade e Inovação, I.P., designo o Senhor Dr. Henrique de Matos Parente como membro da Comissão de Fiscalização do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro.

29 de abril de 2014. — O Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, *Pedro Pereira Gonçalves*.

207788105

Despacho n.º 5989/2014

No uso das competências em mim delegadas nos termos do ponto 2.1. do Despacho n.º 12100/2013, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 183, de 23 de setembro de 2013, e nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 21.º do Decreto-Lei n.º 249/86, de 25 de agosto, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei n.º 312/95, de 24 de novembro, e sob proposta do Presidente do Conselho Diretivo do IAPMEI — Agência para a Competitividade e Inovação, I. P., designo a Senhora Dr.ª Ana Cristina Santos Branquinho como vogal do Conselho de Administração do Centro Tecnológico das Indústrias do Couro.

30 de abril de 2014. — O Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade, *Pedro Pereira Gonçalves*.

207790843

**MINISTÉRIOS DA ECONOMIA
E DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA****Gabinetes do Secretário de Estado da Inovação,
Investimento e Competitividade
e da Secretária de Estado da Ciência****Despacho n.º 5990/2014**

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 35.º do Código Fiscal do Investimento, aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 249/2009, de 23 de setembro, alterado pela Lei n.º 20/2012, de 14 de maio, pelo Decreto-Lei n.º 82/2013, de 17 de junho, e pela Lei n.º 83-C/2013, de 31 de dezembro;

Tendo em conta a análise efetuada pela comissão certificadora que concluiu pela procedência do pedido apresentado;

É reconhecida a idoneidade da Priberam Informática, S.A., em matéria de investigação e desenvolvimento, nos domínios técnico-científicos

de Processamento de Linguagem Natural; Linguística Computacional; Aprendizagem Automática e Processamento de quantidades massivas de dados.

29 de abril de 2014. — O Secretário de Estado da Inovação, Investimento e Competitividade (Por delegação de S. Exa. o ME, Desp. 12100/2013, D.R., 2.ª Série, n.º 183, de 23.09.2013), *Pedro Pereira Gonçalves*. — A Secretária de Estado da Ciência, *Maria Leonor de Sá Barreiros da Silva Parreira*.

207788608

**MINISTÉRIO DO AMBIENTE, ORDENAMENTO
DO TERRITÓRIO E ENERGIA****Gabinete do Ministro****Despacho n.º 5991/2014**

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 23.º e dos números 1 e 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, é criada a Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia (adiante designado por MAOTE), dirigida por um secretário-geral, coadjuvado por um secretário-geral-adjunto, cargos de direção superior de 1.º e 2.º graus, respetivamente.

Considerando que a orgânica da Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia foi aprovada pelo Decreto-Lei n.º 54/2014, de 9 de abril.

Considerando a urgência em dotar o MAOTE da sua Secretária-Geral, assegurando o funcionamento autónomo do ministério, bem como a premente necessidade de realização das diligências necessárias para a instalação e organização dos serviços;

Considerando que, nos termos do n.º 2 do artigo 27.º do mesmo decreto-lei, de 4 de fevereiro, a designação dos titulares dos cargos de direção superior e dos órgãos de direção dos serviços e organismos previstos nos mapas anexos ao mesmo pode ter lugar logo após a sua entrada em vigor, sem prejuízo do oportuno lançamento dos concursos de seleção e recrutamento de dirigentes, nos termos previstos na lei;

Considerando, por fim, que a licenciada Albertina Maria Pereira Gonçalves, atenta a relevante experiência profissional abaixo descrita, reúne os requisitos legais necessários e o perfil adequado para o desempenho do cargo de Secretária-Geral do MAOTE;

Nos termos estabelecidos no n.º 4 do artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, bem como no n.º 2 do artigo 27.º e na primeira parte do n.º 8 do artigo 19.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, alterada e republicada pelo Decreto-Lei n.º 64/2011, de 22 de dezembro:

1 — Designo, em regime de substituição, para exercer o cargo de Secretária-Geral do Ministério do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, a licenciada Albertina Maria Pereira Gonçalves, cujo currículo académico e profissional, que se anexa ao presente despacho, evidencia perfil adequado e demonstrativo da aptidão e da experiência profissional necessárias ao exercício do referido cargo.

2 — Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 26.º do Decreto-Lei n.º 17/2014, de 4 de fevereiro, durante o prazo de sessenta dias úteis definido no n.º 2 do artigo 8.º do Decreto-Lei n.º 200/2006, de 25 de Outubro, e enquanto não estiver em pleno funcionamento a gestão orçamental da Secretária-Geral do MAOTE, as despesas decorrentes do presente despacho são suportadas pelas disponibilidades orçamentais do orçamento da Secretária-Geral do Ministério da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território, por dedução das dotações orçamentais a transferir para a Secretária-Geral do MAOTE.

3 — O presente despacho produz efeitos a 1 de maio de 2014.

29 de abril de 2014. — O Ministro do Ambiente, Ordenamento do Território e Energia, *Jorge Manuel Lopes Moreira da Silva*.

ANEXO

Sinopse curricular de Albertina Maria Pereira Gonçalves

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1993. Pós-graduada em Direito do Emprego Público pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2013. Pós graduada em Direito da Contratação Pública pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 2011. Pós graduada em Estudos Europeus pelo Centro de Estudos Europeus da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em